



DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO



Órgão Oficial do Município
Lei nº 661, de 09 abril de 2007

Dia 16 de outubro de 2023

Ano XVII

nº 2678



**PREFEITURA MUNICIPAL
DE MONTE CARMELO**

ESTADO DE MINAS GERAIS



DECRETO Nº 2674, DE 10 DE OUTUBRO DE 2023.

“Dispõe sobre a permissão de uso de bem público municipal ao Conselho Central de Monte Carmelo da SSVF, na forma que especifica.”

O Prefeito Municipal de Monte Carmelo, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 70, VI; art. 86, I, “g”, e art. 92, § 3º, da Lei Orgânica Municipal e,

CONSIDERANDO que o Conselho Central de Monte Carmelo da SSVF é uma associação de direito privado, filantrópica, beneficente, sem fins lucrativos, de assistência social e de duração por tempo indeterminado (art. 1º do Estatuto Social);

CONSIDERANDO que a instituição tem por finalidade prestar serviços de relevância social e de interesse público, de atendimento, assessoramento, defesa e garantia de direitos de seus usuários, de forma planejada, continuada e permanente, na área da assistência social, de forma gratuita aos seus usuários, proporcionando-lhes proteção social básica (art. 2º do Estatuto Social);

CONSIDERANDO que a instituição integra o denominado terceiro setor, entendido como aquele que é composto por entidades da sociedade civil que se caracteriza por prestar atividade de interesse público;

CONSIDERANDO que para a execução das atividades da organização social é necessário veículo apropriado para transportar as pessoas idosas institucionalizadas, incluídas cadeirantes, aos atendimentos médicos, consultas, exames e passeios, bem como para o deslocamento dos membros da instituição para reuniões oficiais em repartições públicas ou nas unidades vicentinas de hierarquia superior;

CONSIDERANDO que a disponibilização deste veículo não prejudicará, de nenhum modo, a oferta de serviços públicos;

CONSIDERANDO a manifesta existência de interesse público em permitir o uso do bem objeto da permissão, o que se evidencia pelo atendimento aos fins de interesse geral da coletividade, mediante efetiva contribuição para ações de caráter assistencial, educacional e recreativo;

CONSIDERANDO que o art. 92 da Lei Orgânica Municipal prevê que “o uso de bens municipais por terceiros poderá ser feito mediante concessão, permissão ou autorização, quando houver interesse público devidamente justificado”;

CONSIDERANDO que nos termos do parágrafo 3º do referido dispositivo, “a permissão, que poderá incidir sobre qualquer bem público, será feita a título precário, por decreto”;

DECRETA:

Art. 1º Este Decreto dispõe sobre a outorga de permissão de uso de 01 (um) veículo, marca/modelo/versão CHEV/SPIN CAVENAGHACES5, placa SIW7E23, ano fabricação 2023, ano modelo 2023, cor predominante prata, chassi 9BGJX7520PB225090, patrimônio nº 33.087, ao Conselho Central de Monte Carmelo da SSVF, associação de direito privado, filantrópica, beneficente, sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob o nº 22.604.680/0002-76, com sede na Avenida Rui Barbosa, nº 449, Boa Vista, Monte Carmelo/MG, CEP: 38500-000.

Parágrafo único. A permissão de uso a que se refere o caput será outorgada a título precário e gratuito e vigorará por prazo indeterminado, a partir da data de assinatura do termo respectivo, podendo ser revogada a qualquer tempo, independentemente de indenização, a critério da Administração Pública Municipal, consoante razões de conveniência e oportunidade, sempre com fundamento no interesse público, ou cassada por falta da permissionária, observado o devido processo administrativo, na hipótese de descumprimento das cláusulas contidas neste Decreto ou no Termo de Permissão de Uso.

Art. 2º A permissão de uso será formalizada mediante a assinatura de Termo de Permissão de Uso de Bem Móvel, no qual deverá constar, obrigatoriamente:

I - que a permissionária é responsável pela preservação, manutenção, reparos e respectivas despesas decorrentes do uso do bem;

II - que a permissionária deverá disponibilizar o veículo somente a profissionais habilitados para a condução;

III - que a permissionária ficará obrigada a prestar informações sobre o bem objeto deste Decreto, sempre que solicitado pelo Município;

IV - a prerrogativa do Município de Monte Carmelo de, a qualquer momento, fiscalizar o cumprimento das obrigações estabelecidas neste Decreto e no Termo de Permissão de Uso;

V - a natureza gratuita da permissão;

VI - a utilização segundo a finalidade exclusiva do bem;

VII - a proibição da permissionária transferir a terceiros os direitos decorrentes da permissão;

VIII - a proibição quanto à modificação do uso a que se destina o bem, sem expressa e estrita concordância do permitente;

IX - a responsabilidade exclusiva da permissionária por quaisquer danos ou prejuízos causados no bem, ou por quaisquer danos causados a terceiros em decorrência de seu uso, eximida, em todo caso, a responsabilidade da permitente;

X - a possibilidade de extinção da permissão por ato administrativo do Município, independentemente do pagamento de qualquer indenização, nas hipóteses de interesse público devidamente justificado e de descumprimento de quaisquer das cláusulas do termo formalizado;

XI - a responsabilidade da permissionária por qualquer infração cometida durante a condução do veículo, inclusive o pagamento de eventuais multas incidentes.

Art. 3º A permissão de uso a que se refere este Decreto aperfeiçoa-se exclusivamente em função do relevante interesse público, face aos benefícios mútuos que serão auferidos, os quais serão revertidos em proveito de toda a coletividade.

Art. 4º Revoga-se o Decreto nº 2657, de 26 de julho de 2023.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Monte Carmelo/MG, 10 de outubro de 2023.

PAULO RODRIGUES ROCHA
Prefeito Municipal

IOLANDA GOMES SUNAHARA
Procuradora Geral do Município



**PREFEITURA MUNICIPAL
DE MONTE CARMELO**

ESTADO DE MINAS GERAIS



DECRETO Nº 2675, DE 11 DE OUTUBRO DE 2023.

“Dispõe sobre a conversão do Residencial Recanto do Arari em loteamento de acesso controlado e dá outras providências.”

O Prefeito Municipal de Monte Carmelo, Estado de Minas Gerais, no uso das atribuições legais conferidas pelo art. 70, VI, da Lei Orgânica,

CONSIDERANDO o disposto na Lei Federal nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, que dispõe sobre Parcelamento do Solo Urbano e dá outras providências;

CONSIDERANDO que a Lei Federal nº 13.465, de 11 de julho de 2017, dispõe sobre a regularização fundiária rural e urbana e altera as Leis Federais nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, e nº 10.527, de 10 de julho de 2001, com a previsão da instituição de loteamentos residenciais de acesso controlado como forma de regularizar os loteamentos residenciais



DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO



Órgão Oficial do Município
Lei nº 661, de 09 abril de 2007

Dia 16 de outubro de 2023

Ano XVII

nº 2678

instituídos originariamente como de acesso aberto e, posteriormente, fechado o acesso a terceiros por barreiras físicas;

CONSIDERANDO que o loteamento Residencial Recanto do Arari foi implantado por empreendedor e aprovado pelo Município de Monte Carmelo na modalidade de loteamento aberto, nos termos do Decreto nº 658, de 05 de junho de 1990;

CONSIDERANDO o acordo judicial firmado entre a Associação dos Moradores do Condomínio Residencial Recanto do Arari e o Ministério Público do Estado de Minas Gerais, com a intervenção do Município de Monte Carmelo, nos autos do Processo nº 0062996-82.2011.8.13.0431;

CONSIDERANDO que o loteamento de acesso controlado é uma modalidade de loteamento cercado com muros ou cercas, cujo controle de acesso será regulamentado por ato do Poder Público Municipal, sendo vedado impedimento de acesso a pedestre ou a condutores de veículos não residentes, devidamente identificados ou cadastrados, nos termos da Lei Federal nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, alterada pela Lei Federal nº 13.465, de 11 de julho de 2017;

CONSIDERANDO que as vias de circulação e as áreas verdes internas do Residencial Recanto do Arari são públicas, não podendo haver restrição ao acesso de pessoas, mas tão somente o controle daquele, por meio de identificação;

DECRETA:

Art. 1º Fica o Residencial Recanto do Arari que é loteamento aprovado e implantado na modalidade aberto, convertido em loteamento de acesso controlado, vedado o impedimento de acesso a pedestres ou a condutores de veículos, não residentes, devidamente identificados ou cadastrados, nos termos do art. 2º, § 8º, da Lei Federal nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, incluído pela Lei Federal nº 13.465, de 11 de julho de 2017; art. 2º, XXVIII, e arts. 44 e seguintes da Lei Municipal nº 1546, de 21 de agosto de 2019.

Art. 2º Após o registro no Cartório de Registro de Imóveis, da conversão do loteamento Residencial Recanto do Arari em loteamento de acesso controlado, será outorgada à Associação dos Moradores do Condomínio Residencial Recanto do Arari a concessão administrativa de uso de vias de circulação e áreas verdes internas, sem alteração do uso a que se destinam.

§ 1º Para fins do disposto no caput, caberá à Associação dos Moradores do Condomínio Residencial Recanto do Arari a responsabilidade pelas despesas e custos administrativos, observadas as seguintes condições:

I - as áreas verdes públicas internas do loteamento serão destinadas à criação de praças, bosques, áreas de lazer e similares, visando fomentar o lazer e a preservação ambiental;

II - as áreas verdes públicas internas terão permeabilidade mínima de 65% (sessenta e cinco por cento) para implantação de equipamentos de lazer, esportivo e de recreação, com edificações destinadas a este fim;

III - é vedada a instalação nas áreas verdes públicas internas de atividades com fins comerciais ou que, por algum motivo, possam contribuir para prejudicar a segurança, o sossego e o bem estar da população;

IV - os projetos das áreas verdes públicas internas, inclusive suas alterações futuras, deverão ter anuência prévia da Associação dos Moradores do Condomínio Residencial Recanto do Arari, mediante aprovação em assembleia, cabendo à associação o pagamento das taxas incidentes e a posterior submissão ao órgão público competente para aprovação;

V - a coleta e a remoção de lixo domiciliar deverão ter um local destinado específico onde houver coleta pública, ficando todas as despesas inerentes sob a responsabilidade da Associação dos Moradores conforme art. 55 da Lei Municipal nº 1546, de 21 de agosto de 2019.

§ 2º Os custos e despesas relativos à administração do uso privativo serão rateados entre os proprietários de lotes conforme a proporção das áreas respectivas.

Art. 3º As construções e benfeitorias edificadas no loteamento de acesso controlado deverão obedecer rigorosamente às características e exigências gerais da legislação, sem prejuízo da observância às características e exigências específicas.

Art. 4º Desde a data de registro do loteamento, passam a integrar o domínio do Município as vias e praças, os espaços livres e as áreas destinadas a edifícios públicos e outros equipamentos urbanos, constante do projeto e do memorial conforme art. 22 da Lei Federal nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979.

Art. 5º O Poder Executivo Municipal fiscalizará as obras de manutenção do loteamento de acesso controlado.

§ 1º Em caso de omissão da Associação dos Moradores do Condomínio Residencial Recanto do Arari na conservação e manutenção do sistema viário ou equipamentos, o Poder Executivo poderá

assumi-los, desde que os equipamentos possam ser conectados à respectiva rede de serviços públicos, o que acarretará as seguintes consequências:

I - perda da característica do loteamento de acesso controlado;

II - perda da concessão de uso administrativo dos bens públicos outorgados;

III - pagamento de multa correspondente a 01 (uma) Unidade Fiscal do Município (UFM) por metro quadrado de terreno, aplicável a cada proprietário de lote pertencente ao condomínio.

§ 2º As penalidades a que se referem os incisos I, II e III do §1º serão processadas por meio de auto de infração e multa.

§ 3º No auto de infração, lavrado com clareza, sem omissões e ressalvas, deverá constar:

I - a data da lavratura;

II - o nome e localização do loteamento de acesso controlado habitacional;

III - a descrição dos fatos e elementos que caracterizam a infração;

IV - o dispositivo legal infringido;

V - a penalidade aplicável;

VI - a assinatura, nome legível, cargo e matrícula da autoridade fiscal responsável pela constatação e lavratura.

§ 4º Após a lavratura do auto de infração, será instaurado processo administrativo contra o infrator, providenciando-se a sua intimação pessoal, por via postal, com aviso de recebimento, ou por edital publicado no Diário Oficial do Município, cabendo impugnação ao auto de infração e a imposição de penalidade no prazo de 15 (quinze) dias, contados do recebimento da intimação.

§ 5º A decisão definitiva que se impuser ao autuado a pena de descaracterização do loteamento de acesso controlado ou multa, nos termos dos incisos I e III do §1º deste artigo, deverá ser cumprida no prazo de 10 (dez) dias, contados da data da comunicação, devendo o Cartório de Registro de Imóveis ser devidamente informado.

§ 6º Determinada a perda de característica de loteamento de acesso controlado, nos termos do inciso I, §1º deste artigo, será promovida a abertura das vias de acesso interno, com a abertura ao uso público das áreas objeto de concessão de uso, as quais serão reintegradas normalmente ao sistema viário e de lazer do Município.

§ 7º As benfeitorias executadas nas áreas públicas serão incorporadas ao patrimônio público sem qualquer ônus ao Município de Monte Carmelo, caso seja determinada a perda de característica de loteamento de acesso controlado conforme inciso I do § 1º deste artigo.

§ 8º A responsabilidade pela retirada do muro de fechamento e pelos encargos decorrentes da aplicação dos incisos I e II do § 1º deste artigo será da Associação de Moradores, à qual não caberá qualquer indenização ou ressarcimento.

Art. 6º Com a conversão do Residencial Recanto do Arari em loteamento de acesso controlado, o acesso a não residentes, pedestres ou condutores de veículos, ficará condicionado tão-somente à devida identificação ou cadastro, vedado o impedimento às vias de circulação e às áreas públicas internas em qualquer outra situação.

Art. 7º Revoga-se o Decreto nº 2503, de 12 de janeiro de 2022.

Art. 8º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Monte Carmelo/MG, 11 de outubro de 2023.

PAULO RODRIGUES ROCHA
Prefeito Municipal

IOLANDA GOMES SUNAHARA
Procuradora Geral do Município



**PREFEITURA MUNICIPAL
DE MONTE CARMELO**

ESTADO DE MINAS GERAIS



DECRETO Nº 2676, DE 11 DE OUTUBRO DE 2023.

"Dispõe sobre a regulamentação da Junta Administrativa de Recurso de Vigilância Sanitária (JARVIS), e dá outras providências."

O Prefeito Municipal de Monte Carmelo, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 70, VI, e art. 86, I, alínea 'a', da Lei Orgânica,



DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO



Órgão Oficial do Município
Lei nº 661, de 09 abril de 2007

Dia 16 de outubro de 2023

Ano XVII

nº 2678

CONSIDERANDO que o Código Sanitário Municipal dispõe que as infrações à legislação sanitária são apuradas por meio de Processo Administrativo, iniciado com a lavratura do Auto de Infração, observados os ritos e prazos estabelecidos no citado diploma legal;

CONSIDERANDO que o infrator pode apresentar defesa do Auto de Infração que será julgada pela autoridade competente ou pessoa delegada em sede de Primeira Instância;

CONSIDERANDO que no caso de não acatada a defesa, a decisão é encaminhada imediatamente para a Junta Administrativa de Recurso de Vigilância Sanitária (JARVIS) – art. 87, II, da Lei Complementar Municipal nº 49/2017;

CONSIDERANDO que o Poder Executivo deve regulamentar a instituição da Junta Administrativa de Recurso de Vigilância Sanitária (JARVIS) conforme disposto no art. 88 da Lei Complementar Municipal nº 49/2017;

DECRETA:

Art. 1º Fica instituída, no âmbito do Poder Executivo, a Junta Administrativa de Recurso de Vigilância Sanitária (JARVIS), órgão administrativo colegiado, com autonomia administrativa e decisória, que tem competência para analisar e julgar em segunda instância e em âmbito municipal os processos administrativos em que a defesa for indeferida pela autoridade de primeira instância, que versem sobre a apuração de infração sanitária, objetivando garantir independência, imparcialidade e eficiência no julgamento das infrações sanitárias e nas penalidades delas decorrentes, bem como a ampla defesa e o duplo grau de jurisdição administrativa.

Art. 2º A Junta Administrativa de Recurso de Vigilância Sanitária será composta por, no mínimo, 03 (três) membros, preferencialmente com atuação na área da vigilância sanitária, lotados na Secretaria Municipal de Saúde e que não estejam impossibilitados de atuar no processo em questão por razões de impedimento ou suspeição.

Parágrafo único. Na composição, deverá ser observada a designação de, no mínimo, 01 (um) servidor efetivo.

Art. 3º O(A) Secretário(a) Municipal de Saúde indicará os membros titulares e suplentes para comporem a JARVIS, e o Chefe do Poder Executivo os designará, por meio de Portaria, devidamente publicada no Diário Oficial do Município.

Art. 4º Na análise e decisão dos recursos interpostos serão observadas as disposições do Código de Saúde Estadual (Lei Estadual nº 13.317/99), Código de Saúde Municipal (Lei Complementar nº 49/2017) e demais legislações complementares em vigor.

Parágrafo único. Os recursos deverão ser protocolados na sede da Vigilância Sanitária Municipal.

Art. 5º Mantida a decisão condenatória caberá recurso, no prazo de 15 (quinze) dias da ciência do infrator ou da publicação da decisão de acordo com o § 2º do art. 125 da Lei Estadual nº 13.317/99.

§ 1º O recurso de que trata o caput será dirigido ao (à) Secretário(a) Municipal de Saúde e será decidido no prazo de 15 (quinze) dias do protocolo, após ouvido o Setor Técnico.

§ 2º A publicação da decisão nos termos do caput dar-se-á no Diário Oficial do Município em caso de impossibilidade de notificação do infrator.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Monte Carmelo/MG, 11 de outubro de 2023.

PAULO RODRIGUES ROCHA
Prefeito Municipal de Monte Carmelo

IOLANDA GOMES SUNAHARA
Procuradora Geral do Município



**PREFEITURA MUNICIPAL
DE MONTE CARMELO**

ESTADO DE MINAS GERAIS



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO-MG. EXTRATO DE CONTRATO – PREGÃO SRP Nº 46/2023, FORMA: PRESENCIAL– PROCESSO Nº 77/2023. Objeto: Refere-se a Registro de Preços para Futura e Eventual Contratação de Empresa para Prestação de Serviços de Locação de Máquinas e Caminhões para

atender as Necessidades da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Urbanos e Rurais de Monte Carmelo – MG. **Partes:** Município de Monte Carmelo-MG, CNPJ: 18.593.103/0001-78. **Vigência:** 12 (Doze) meses. **Empresa:** LMO Locações de Equipamentos e Serviços Ltda, CNPJ: 17.831.425/0001-45. Contrato nº 188/2023. Valor Global: R\$ 4.728.058,93. **Data:** 02/10/2023. Ana Paula Pereira - Secretária Municipal da Fazenda.



**PREFEITURA MUNICIPAL
DE MONTE CARMELO**

ESTADO DE MINAS GERAIS



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO – MG. EXTRATO DE TERMO ADITIVO.

Pregão nº 60/2022. 1º T.A Ctt 142/2022 – Contratada: G.I. Geotecnologia, Sistemas E Aerolevantamentos Ltda, CNPJ: 08.953.316/0001-00. **Contratante:** Município de Monte Carmelo MG CNPJ: 18.593.103/0001-78. **Objeto:** Refere-se a contratação de serviços técnicos de atualização da base cadastral e cartográfica urbana e dos distritos, mediante a execução de serviços de aerolevantamento e mapeamento móvel, com a implantação de sistema SIG (Sistemas de Informações Geográficas), módulos de sistemas móveis de pesquisa e fiscalização, execução de serviços de pesquisa de campo, com a finalidade de implantar um Cadastro Técnico Multifinalitário (CTM), conforme a orientação da Portaria nº 511/2009 - MCidades, incluindo serviços de vistoria, avaliação e preparação de documentação de imóveis de propriedade do Município para posterior alienação, conforme especificações constantes do Termo de Referência. **Cláusula 1ª:** Constitui objeto do presente Termo Aditivo a prorrogação do prazo do Contrato 142/2022 por mais 06(seis) meses com vigência a partir de 01/11/2023 até 30/04/2024. **Data:** 04/10/2023. Ana Paula Pereira – Secretária Municipal de Fazenda.



**PREFEITURA MUNICIPAL
DE MONTE CARMELO**

ESTADO DE MINAS GERAIS



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO-MG. EXTRATO DE CONTRATO. PREGÃO SRP Nº 62/2023, FORMA: ELETRÔNICA, PROCESSO Nº 100/2023. Objeto: Refere-se à Registro de Preços Para Eventual e Futura Aquisição de Plantas Ornamentais e Materiais para Jardinagem, solicitado pela Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Urbanos e Rurais de Monte Carmelo. Licitação Regionalizada com Cota e Reserva de Itens para Participação Exclusiva de Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Equiparadas. **Partes:** Município de Monte Carmelo-MG, CNPJ: 18.593.103/0001-78. **Vigência:** 12 meses. **Empresas:** D' Core Garden Center Ltda, CNPJ: 09.534.347/0001-99; Valor: R\$ 229.920,00. Contrato nº 189/2023. E; Gustavo Ribeiro De Moura - ME, CNPJ: 10.447.636/0001-30; Valor: R\$ 155.970,00. Contrato nº 190/2023. **Data:** 04/10/2023. Ana Paula Pereira - Secretária Municipal da Fazenda.



**PREFEITURA MUNICIPAL
DE MONTE CARMELO**

ESTADO DE MINAS GERAIS



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO-MG. EXTRATO DE TERMO ADITIVO.

INEXIGIBILIDADE Nº 03/2022. 2º T.A ao Contrato nº 76/2022. **Contratada:** Edberto Quirino Sociedade Individual De Advocacia, CNPJ: 07.165.261/0001-00. **CONTRATANTE:** Município de Monte Carmelo-MG, CNPJ: 18.593.103/0001-78. **Objeto:** Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços profissionais técnico-especializados para consultoria e assessoria jurídico-administrativa visando a revisão e adequação das leis municipais para realização de concurso público consoante as necessidades do Município de MONTE CARMELO – MG, conforme art. 26, inciso II da Lei 8666/93. **Cláusula 1ª:** Constitui objeto do presente Termo Aditivo a prorrogação do prazo do Contrato nº 76/2022 por mais 06(seis) meses a partir de 01/11/2023 a 30/04/2024. Monte Carmelo, 09 de outubro de 2023. Ana Paula Pereira – Secretária Municipal de Fazenda.



DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO



Órgão Oficial do Município
Lei nº 661, de 09 abril de 2007

Dia 16 de outubro de 2023

Ano XVII

nº 2678



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO

ESTADO DE MINAS GERAIS



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO, EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 134/2021, PROCESSO 88/2021, PREGÃO 67/2021. Contratante: Município de Monte Carmelo-MG. **Contratada:** Magno Severino de Melo, CNPJ: 33.002.399/0001-07. **Objeto:** Refere-se a Registro de Preços para Futura e Eventual Contratação de Empresa Especializada na Locação de Veículos para Fornecimento de Locação de Veículos para Atender as Necessidades do Município de Monte Carmelo - MG, para Participação Exclusiva de Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Equiparadas. **Cláusula:** Constitui objeto do presente Termo Aditivo a prorrogação da vigência contratual do Contrato nº 134/2021 de 01/10/2023 a 01/10/2024. Data: 29/09/2023. Ana Paula Pereira– Secretária Municipal da Fazenda.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO

ESTADO DE MINAS GERAIS



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO, EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 135/2021, PROCESSO 88/2021, PREGÃO 67/2021. Contratante: Município de Monte Carmelo-MG. **Contratada:** Magno Severino de Melo, CNPJ: 33.002.399/0001-07. **Objeto:** Refere-se a Registro de Preços para Futura e Eventual Contratação de Empresa Especializada na Locação de Veículos para Fornecimento de Locação de Veículos para Atender as Necessidades do Município de Monte Carmelo - MG, para Participação Exclusiva de Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Equiparadas. **Cláusula:** Constitui objeto do presente Termo Aditivo a prorrogação da vigência contratual do Contrato nº 135/2021 de 20/10/2023 a 20/10/2024. Data: 09/10/2023. Ana Paula Pereira– Secretária Municipal da Fazenda.

EXPEDIENTE

DIÁRIO OFICIAL
DO MUNICÍPIO

ÓRGÃO INFORMATIVO DA PREFEITURA
MUNICIPAL DE MONTE CARMELO

RESPONSÁVEL: ROSILÉIA APARECIDA
SILVA BONIFÁCIO

TELEFONE: (34)3842-5880 - RAMAL 1350

ACESSE: www.montecarmelo.mg.gov.br